RGe ISSN: 2177-3246

A INFLUÊNCIA DA ADULTIZAÇÃO PRECOCE INFANTIL ESTIMULADA PELA MÍDIA E PELO CONTEXTO FAMILIAR

THE INFLUENCE OF EARLY ADULTIFICATION IN CHILDHOOD STIMULATED BY THE MEDIA AND THE FAMILY CONTEXT

LA INFLUENCIA DE LA ADULTIFICACIÓN PRECOZ EN LA INFANCIA, ESTIMULADA POR LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN Y EL CONTEXTO FAMILIAR

10.56238/revgeov17n6-078

Rhebecca Letícia Uchôa França
Graduanda em Psicologia
Instituição: Faculdade Boas Novas (FBN)
E-mail: rhebecca.20210240@aluno.fbnovas.edu.br

João Raimundo dos Santos Silva Júnior
Doutor em Psicologia da Educação
Instituição: Faculdade Boas Novas (FBN)
E-mail: joao.silva@fbnovas.edu.br.

Letícia Nayra Bastos Fernandes
Especialista em Teoria da Psicanálise, com ênfase em Psicopatologia, Neuropsicologia e Ludodiagnóstico
Instituição: Faculdade Boas Novas (FBN)
E-mail: leticia.fernandes@fbnovas.edu.b

RESUMO
A adultização precoce infantil constitui um fenômeno contemporâneo intensificado pela mídia, pelas redes sociais digitais e pelas dinâmicas familiares, caracterizado pela antecipação de comportamentos, responsabilidades e padrões estéticos próprios da vida adulta. O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a adultização precoce, estimulada pela mídia e pelo contexto familiar, influencia o desenvolvimento psicossocial e afetivo de crianças. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada na análise de artigos científicos, livros, dissertações e documentos institucionais publicados em bases acadêmicas nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a exposição precoce a conteúdos adultizados, à sexualização infantil e à responsabilização excessiva pode comprometer o desenvolvimento emocional, cognitivo e social da criança, favorecendo ansiedade, baixa autoestima, dificuldades de regulação emocional e fragilidade nos vínculos interpessoais. Observa-se, ainda, que a parentificação e a influência das redes sociais intensificam a busca por validação externa e reduzem experiências fundamentais da infância, como o brincar e a construção lúdica da identidade. Conclui-se que a adultização infantil representa um fator de risco ao desenvolvimento saudável, tornando necessária a ampliação de estratégias de proteção, conscientização familiar e regulamentação midiática voltadas à preservação da infância e ao fortalecimento do desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: Adultização Infantil. Sexualização Precoce. Desenvolvimento Psicossocial. Mídia Digital. Parentificação.

ABSTRACT
The early adultification of children is a contemporary phenomenon intensified by the media, digital social networks, and family dynamics, characterized by the anticipation of behaviors, responsibilities, and aesthetic standards typical of adult life. This study aims to analyze how early adultification, stimulated by the media and the family context, influences the psychosocial and affective development of children. This is a qualitative and exploratory bibliographic study based on the analysis of scientific articles, books, dissertations, and institutional documents published in national and international academic databases. The results show that early exposure to adultified content, child sexualization, and excessive responsibility can compromise the emotional, cognitive, and social development of children, favoring anxiety, low self-esteem, difficulties in emotional regulation, and fragility in interpersonal bonds. It is also observed that parentification and the influence of social networks intensify the search for external validation and reduce fundamental childhood experiences, such as play and the playful construction of identity. It is concluded that the adultification of children represents a risk factor for healthy development, making it necessary to expand protection strategies, family awareness, and media regulation aimed at preserving childhood and strengthening children's integral development.

Keywords: Child Adultification. Early Sexualization. Psychosocial Development. Digital Media. Parentification.

RESUMEN
La adultificación precoz de los niños es un fenómeno contemporáneo intensificado por los medios de comunicación, las redes sociales digitales y la dinámica familiar, caracterizado por la anticipación de comportamientos, responsabilidades y estándares estéticos propios de la vida adulta. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo la adultificación precoz, estimulada por los medios y el contexto familiar, influye en el desarrollo psicosocial y afectivo de los niños. Se trata de una investigación bibliográfica cualitativa y exploratoria, basada en el análisis de artículos científicos, libros, tesis y documentos institucionales publicados en bases de datos académicas nacionales e internacionales. Los resultados muestran que la exposición temprana a contenido adultificado, la sexualización infantil y la responsabilidad excesiva pueden comprometer el desarrollo emocional, cognitivo y social del niño, favoreciendo la ansiedad, la baja autoestima, las dificultades en la regulación emocional y la fragilidad en los vínculos interpersonales. También se observa que la parentalización y la influencia de las redes sociales intensifican la búsqueda de validación externa y reducen experiencias fundamentales de la infancia, como el juego y la construcción lúdica de la identidad. Se concluye que la adultificación de los niños representa un factor de riesgo para su desarrollo saludable, lo que hace necesario ampliar las estrategias de protección, la sensibilización familiar y la regulación de los medios de comunicación con el fin de preservar la infancia y fortalecer el desarrollo integral del niño.

Palabras clave: Adultificación Infantil. Sexualización Temprana. Desarrollo Psicosocial. Medios Digitales. Parentificación.

1 INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, marcada pela construção da identidade, pelo desenvolvimento emocional, cognitivo e social e pela vivência de experiências lúdicas essenciais à formação integral da criança. Entretanto, as transformações socioculturais contemporâneas, associadas à expansão das tecnologias digitais, ao fortalecimento da cultura de consumo e às mudanças nas dinâmicas familiares, têm contribuído para a antecipação de comportamentos, responsabilidades e padrões estéticos associados ao universo adulto no contexto infantil. Esse fenômeno, denominado adultização precoce, manifesta-se por meio da sexualização infantil, da responsabilização excessiva, da exposição precoce a conteúdos inadequados e da pressão por desempenho, aparência e maturidade incompatíveis com a faixa etária da criança (BUCKINGHAM, 2011).

A adultização infantil tornou-se tema de crescente relevância no campo científico e social em razão dos impactos que pode produzir no desenvolvimento psicológico, afetivo e social das crianças. A ampla presença da mídia e das redes sociais digitais no cotidiano infantil favorece a disseminação de padrões de comportamento e consumo direcionados ao universo adulto, influenciando diretamente a construção da identidade e da autoimagem infantil. Paralelamente, determinadas dinâmicas familiares também podem contribuir para esse processo, especialmente quando a criança assume responsabilidades emocionais, domésticas ou financeiras incompatíveis com sua etapa do desenvolvimento, fenômeno conhecido como parentificação (HOOPER, 2007).

Embora existam pesquisas voltadas à sexualização infantil, ao impacto das redes sociais e às transformações contemporâneas da infância, observa-se que ainda são limitadas as produções científicas que analisam de forma integrada a influência simultânea da mídia digital e das dinâmicas familiares no processo de adultização precoce infantil. Grande parte dos estudos concentra-se em aspectos isolados do fenômeno, dificultando uma compreensão ampliada de seus impactos psicossociais e afetivos no desenvolvimento infantil (BUCKINGHAM, 2011; CHOUKAS-BRADLEY et al., 2022). Nesse contexto, torna-se relevante aprofundar a discussão acerca das formas pelas quais os estímulos midiáticos contemporâneos e os processos de responsabilização precoce presentes no ambiente familiar interagem na construção de experiências infantis marcadas pela antecipação da vida adulta.

A discussão acerca da adultização precoce ultrapassa o campo individual e configura-se como questão relacionada à saúde pública, à educação e à proteção social, uma vez que pode comprometer direitos fundamentais da criança, como o direito ao brincar, ao desenvolvimento integral e à vivência plena da infância. Além disso, a naturalização de comportamentos adultizados evidencia a necessidade de reflexão crítica acerca do papel da mídia, das relações familiares e das práticas socioculturais na construção das experiências infantis contemporâneas.

O presente estudo delimita-se à análise da influência da mídia e do contexto familiar no processo de adultização infantil. A pesquisa busca compreender de que maneira conteúdos midiáticos, redes sociais, publicidade infantil e determinadas dinâmicas familiares contribuem para a antecipação de comportamentos e responsabilidades adultas na infância, bem como os impactos psicossociais decorrentes desse fenômeno. A delimitação temática justifica-se pela relevância social da problemática e pela necessidade de ampliar o debate científico acerca das consequências da adultização precoce para o desenvolvimento infantil.

Estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma a adultização precoce estimulada pela mídia e pelo contexto familiar influencia o desenvolvimento psicossocial e afetivo de crianças?

Parte-se da hipótese de que a exposição precoce a conteúdos midiáticos adultizados, associada à responsabilização emocional e social excessiva no contexto familiar, interfere negativamente no desenvolvimento psicossocial e afetivo infantil, favorecendo processos de ansiedade, fragilidade identitária, insegurança emocional e redução de experiências fundamentais relacionadas ao brincar e à construção saudável da infância (ERIKSON, 1963; BANDURA, 1977; CHOUKAS-BRADLEY et al., 2022).

Com base nesse questionamento, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os impactos da adultização precoce estimulada pela mídia e pelo contexto familiar no desenvolvimento psicossocial e afetivo infantil. Como objetivos específicos, pretende-se compreender historicamente o fenômeno da adultização infantil; identificar os principais fatores midiáticos e familiares relacionados à antecipação de comportamentos adultos na infância; analisar os impactos psicológicos, emocionais e sociais decorrentes desse processo; e discutir a importância da proteção da infância frente às influências contemporâneas da cultura digital e das dinâmicas familiares.

A escolha da temática fundamenta-se na crescente visibilidade do fenômeno da adultização infantil na sociedade contemporânea e na necessidade de promover reflexões acerca de seus efeitos sobre a saúde mental e o desenvolvimento infantil. Observa-se que, cada vez mais cedo, crianças são expostas a conteúdos, padrões estéticos e exigências emocionais incompatíveis com sua maturidade psicológica, favorecendo sofrimento psíquico, dificuldades relacionadas à construção identitária, ansiedade e prejuízos nas relações interpessoais (CHOUKAS-BRADLEY et al., 2022). Nesse sentido, a pesquisa apresenta relevância científica ao contribuir para a ampliação da produção acadêmica sobre a temática e relevância social ao fomentar discussões voltadas à proteção dos direitos da criança e ao fortalecimento de práticas educativas e familiares mais saudáveis.

A pesquisa também se mostra pertinente para a área da Psicologia ao possibilitar maior compreensão acerca dos efeitos da adultização sobre os processos de desenvolvimento emocional, cognitivo e social da criança, contribuindo para futuras intervenções, ações preventivas e elaboração

de políticas públicas direcionadas à infância. Além disso, a discussão revela-se relevante para profissionais da educação, famílias e sociedade em geral, considerando que a proteção da infância constitui responsabilidade coletiva.

Quanto à organização estrutural do trabalho, inicialmente apresenta-se uma revisão teórica acerca do processo histórico da adultização infantil, abordando suas transformações ao longo do tempo e suas manifestações contemporâneas. Em seguida, discute-se a influência da mídia, das redes sociais, da sexualização precoce e das dinâmicas familiares nesse processo. Posteriormente, analisam-se os impactos psicossociais, emocionais e comportamentais decorrentes da adultização no desenvolvimento infantil. Na sequência, descreve-se a metodologia utilizada na pesquisa, caracterizada como revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter exploratório.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, retomando os principais resultados discutidos ao longo do estudo e destacando a importância da preservação da infância e da promoção do desenvolvimento saudável da criança.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ADULTIZAÇÃO

A adultização precoce pode ser definida como o processo pelo qual crianças e adolescentes são expostos a códigos, papéis e práticas da vida adulta antes do tempo adequado para sua maturação biológica, psicológica e social. Trata-se de um fenômeno multifatorial, que inclui erotização estética, responsabilização excessiva, inserção em padrões de consumo e exposição precoce a ambientes digitais que favorecem a sexualização infantil e a vulnerabilidade emocional. Estudos recentes demonstram que o acesso intenso às plataformas digitais amplia os riscos de exposição a conteúdos inadequados, interações nocivas e formas de violência mediadas pela tecnologia, comprometendo o desenvolvimento saudável da criança (BUCKINGHAM, 2011; UNICEF INNOCENTI; ECPAT INTERNATIONAL; INTERPOL, 2026).

Embora a expressão seja recente, a adultização não constitui um fenômeno novo. Ao longo da história da infância, especialmente na Antiguidade Ocidental, a criança era vista como extensão da família e do patrimônio. Na Idade Média europeia, a infância era considerada uma fase transitória, sendo a criança retratada como um “adulto em miniatura”, compartilhando vestimentas, jogos e trabalhos com os adultos (ARIÈS, 1981).

Na Idade Moderna, com o Renascimento, o surgimento da escolarização e a valorização do conhecimento científico introduziram a noção de infância como etapa diferenciada do desenvolvimento humano. Contudo, práticas como casamentos precoces e inserção antecipada em atividades laborais demonstram que a adultização permanecia presente. Durante a Revolução Industrial, a adultização adquiriu caráter econômico, uma vez que crianças passaram a ser incorporadas

ao trabalho em fábricas e minas, submetidas a longas jornadas e condições insalubres, configurando um dos períodos mais dramáticos de antecipação da vida adulta (HUMPHRIES, 2010).

No século XX, as guerras mundiais novamente expuseram crianças e adolescentes a responsabilidades incompatíveis com sua faixa etária. Muitos atuaram como mensageiros, cuidadores e até combatentes, experienciando violência, fome e morte antes da maturidade psicológica necessária (FASS, 2011). Somente no período pós-guerra, especialmente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e com o fortalecimento de políticas públicas de proteção à infância, consolidou-se o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da infância como etapa que requer cuidado e proteção específicos.

Entretanto, esse processo não desapareceu; ela passou a assumir formas mais sutis e difusas, associadas à cultura de consumo, à mídia digital e à estética infantil contemporânea. Atualmente, manifesta-se na erotização precoce por meio de roupas, danças, maquiagem e redes sociais, bem como na introdução precoce de cosméticos e padrões estéticos potencialmente prejudiciais ao desenvolvimento infantil (APA, 2007).

Apesar dos avanços conceituais, jurídicos e sociais relacionados à proteção da infância, a adultização continua sendo uma realidade preocupante. Diferentemente das formas explícitas observadas em períodos anteriores como o trabalho infantil, os casamentos arranjados e a participação em guerras, atualmente ela ocorre de maneira naturalizada e frequentemente mediada pelas plataformas digitais, pela publicidade e pelos produtos culturais destinados ao público infantil.

2.2 MÍDIA DIGITAL, SEXUALIZAÇÃO PRECOCE E CULTURA DE CONSUMO

A adultização pode ser compreendida como um processo de antecipação de papéis, comportamentos e responsabilidades típicos da vida adulta, interferindo no desenvolvimento natural da criança. Suas causas estão diretamente relacionadas às transformações contemporâneas da sociedade, especialmente no contexto da expansão tecnológica, da globalização da cultura de consumo e da crescente influência dos meios digitais sobre a infância.

Uma das principais causas da adultização infantil refere-se à exposição precoce à mídia, incluindo televisão, internet e redes sociais digitais. Esses meios frequentemente apresentam conteúdos marcados por padrões estéticos, comportamentais e relacionais direcionados ao público adulto, os quais passam a ser reproduzidos por crianças ainda em processo de desenvolvimento emocional e cognitivo. Estudos apontam que a mídia e as redes sociais exercem influência significativa na antecipação de comportamentos adultos durante a infância, favorecendo processos de sexualização precoce e internalização de padrões sociais incompatíveis com a faixa etária infantil.

Entretanto, parte da literatura contemporânea destaca que os impactos da mídia e das redes sociais sobre a infância não ocorrem de maneira uniforme ou exclusivamente negativa. Buckingham

(2011) argumenta que crianças não devem ser compreendidas apenas como sujeitos passivos diante da cultura midiática, mas também como participantes ativos na interpretação dos conteúdos consumidos. Sob essa perspectiva, os efeitos da mídia dependem de fatores como supervisão parental, contexto sociocultural, educação digital e mediação familiar. Assim, embora existam evidências relevantes acerca dos riscos da hiperexposição digital e da sexualização precoce, torna-se necessário compreender o fenômeno de forma crítica e multifatorial, evitando interpretações deterministas sobre a influência midiática na infância.

Observa-se, portanto, que a compreensão da adultização infantil exige uma análise crítica e multifatorial, considerando simultaneamente a vulnerabilidade psíquica da criança e sua condição de sujeito social ativo. Sob essa perspectiva, torna-se necessário evitar interpretações exclusivamente deterministas acerca da influência midiática, reconhecendo que os impactos produzidos pelas redes sociais e pela cultura digital variam de acordo com fatores como mediação familiar, contexto sociocultural, educação digital e qualidade das relações interpessoais estabelecidas no ambiente familiar e escolar (BUCKINGHAM, 2011; VYGOTSKY, 1978).

Além disso, campanhas publicitárias frequentemente representam crianças como miniadultos, incentivando o uso precoce de maquiagem, roupas e comportamentos associados ao universo adulto, reforçando padrões de consumo e aparência desde os primeiros anos da infância. Esse processo pode ser explicado pela Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1977), segundo a qual a criança aprende por meio da observação e da imitação de modelos sociais considerados relevantes.

A cultura de consumo contemporânea também exerce forte influência sobre o comportamento infantil ao associar felicidade, pertencimento social e reconhecimento à aquisição de produtos e padrões estéticos vinculados ao universo adulto (BUCKINGHAM, 2011). Nesse contexto, crianças passam a internalizar valores relacionados à aparência, desempenho e aceitação social, muitas vezes incompatíveis com sua etapa de desenvolvimento emocional e cognitivo.

Além da influência estética e comportamental, estudos recentes indicam que a exposição precoce a produtos cosméticos, conteúdos de beleza e tendências digitais contribui diretamente para a adultização infantil. Revisões integrativas apontam que redes sociais e influenciadores digitais estimulam crianças a adotarem práticas relacionadas à aparência adulta antes da maturidade emocional necessária, favorecendo inseguranças corporais, erotização precoce e fragilidades na construção da autoimagem (REPOLHO et al., 2025).

A expansão das redes sociais digitais intensificou significativamente o fenômeno da adultização infantil. Crianças passaram não apenas a consumir, mas também a produzir conteúdos digitais, muitas vezes sem supervisão adequada de responsáveis, ampliando a exposição a práticas de sexualização precoce, assédio virtual e conteúdos impróprios para a faixa etária. Relatórios científicos recentes evidenciam que ambientes digitais podem favorecer processos de hiperexposição infantil e maior

vulnerabilidade psicossocial, sobretudo quando associados à ausência de mediação familiar adequada (UNICEF INNOCENTI; ECPAT INTERNATIONAL; INTERPOL, 2026).

Pesquisas contemporâneas indicam ainda que plataformas digitais estruturadas por algoritmos de recomendação influenciam diretamente a forma como crianças e adolescentes percebem padrões de comportamento, consumo e aparência. A exposição contínua a conteúdos altamente performáticos pode favorecer a internalização precoce de expectativas relacionadas à imagem, popularidade e reconhecimento virtual, contribuindo para alterações na percepção de si e nas formas de interação social (CONTE et al., 2025; CHOUKAS-BRADLEY et al., 2022).

A valorização excessiva da aparência e da performance digital também pode favorecer inseguranças relacionadas à autoimagem e à necessidade de aceitação social, especialmente em indivíduos ainda em processo de amadurecimento emocional. Nesse cenário, a infância passa a ser atravessada por demandas simbólicas incompatíveis com a maturidade psíquica infantil, reduzindo experiências espontâneas fundamentais ao desenvolvimento saudável e à construção gradual da identidade.

A adultização também se relaciona a fatores socioculturais mais amplos. Em determinados contextos sociais, espera-se que a criança apresente comportamentos associados à independência, maturidade e produtividade desde cedo. Tais exigências incluem tanto processos de responsabilização precoce quanto a naturalização de comportamentos tipicamente adultos durante a infância.

Além disso, a valorização excessiva do desempenho e da produtividade contribui para a construção de agendas infantis sobrecarregadas, reduzindo o tempo destinado ao brincar e às experiências lúdicas essenciais ao desenvolvimento psicossocial e emocional da criança.

A sexualização precoce constitui uma das manifestações mais evidentes desse fenômeno. A mídia e a cultura digital frequentemente promovem padrões de beleza e comportamento que incentivam crianças a desenvolver preocupações excessivas com aparência, corpo e sensualidade. Estudos demonstram que a exposição contínua a esses padrões pode favorecer a reprodução de comportamentos adultos sem compreensão adequada de seus significados, podendo comprometer o desenvolvimento emocional e a construção da identidade infantil (APA, 2007).

Esse processo relaciona-se diretamente à internalização precoce de normas sociais e culturais. Conforme Piaget (1972), a criança ainda se encontra em processo de desenvolvimento moral e cognitivo, não possuindo maturidade suficiente para interpretar criticamente muitos dos estímulos e valores transmitidos pelos meios de comunicação e pelas relações sociais.

A convivência intensa com adultos, sem mediação adequada, também pode contribuir para a adultização infantil. Crianças expostas continuamente a conflitos, conversas e responsabilidades incompatíveis com sua etapa do desenvolvimento tendem a internalizar preocupações e comportamentos que ultrapassam os limites próprios da infância. Esse fenômeno evidencia que a

antecipação de comportamentos e responsabilidades na infância não decorre exclusivamente da influência midiática, mas também das dinâmicas familiares, sociais e comunitárias presentes no cotidiano infantil. Além das influências exercidas pelas redes sociais, pela publicidade e pela cultura digital, determinadas relações familiares também podem favorecer processos de responsabilização precoce e sobrecarga emocional infantil, estabelecendo conexão direta entre a adultização e a parentificação.

No contexto brasileiro, a discussão acerca da proteção da infância diante da influência midiática relaciona-se também aos dispositivos legais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, assegurando proteção integral contra práticas que possam comprometer sua integridade física, emocional e psicológica. Além disso, debates contemporâneos acerca da proteção de dados e da segurança digital infantil têm adquirido crescente relevância diante da ampliação da presença de crianças em plataformas digitais e redes sociais, evidenciando a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação digital crítica e à promoção de ambientes virtuais mais seguros para o público infantil (UNICEF INNOCENTI, 2026).

2.3 PARENTIFICAÇÃO

Outro fator relevante relacionado à adultização infantil refere-se ao contexto familiar. Em determinadas situações, crianças passam a assumir responsabilidades emocionais, domésticas ou até mesmo financeiras no interior da família, fenômeno denominado parentificação. Esse processo ocorre, sobretudo, em contextos marcados por vulnerabilidade social, ausência parental, conflitos familiares ou fragilidade das relações de cuidado. Estudos apontam que crianças submetidas a essas dinâmicas podem assumir funções incompatíveis com sua faixa etária, reduzindo experiências fundamentais relacionadas ao brincar, à proteção emocional e ao desenvolvimento saudável (HOOPER, 2007).

Sob a perspectiva psicossocial de Erikson (1963), a antecipação de responsabilidades interfere diretamente nos estágios iniciais do desenvolvimento humano, especialmente nos conflitos relacionados à autonomia, iniciativa e construção da identidade. Quando exposta precocemente a exigências emocionais excessivas, a criança pode apresentar sentimentos de culpa, ansiedade, insegurança e sobrecarga psíquica, uma vez que ainda não possui maturidade emocional suficiente para lidar com determinadas demandas familiares.

No âmbito social, a adultização infantil também influencia a forma como a criança estabelece relações com seus pares e com o ambiente ao seu redor. Ao internalizar comportamentos, preocupações e interesses típicos do universo adulto, a criança pode apresentar dificuldades de socialização e afastamento progressivo de experiências características da infância, como o brincar coletivo, a espontaneidade e a construção de vínculos lúdicos.

A privação do brincar revela-se particularmente prejudicial ao desenvolvimento infantil, considerando que essa atividade desempenha papel essencial nos processos sociais, emocionais e cognitivos. Por meio das experiências lúdicas, a criança experimenta papéis sociais, desenvolve empatia, amplia habilidades comunicacionais e aprende a lidar com regras, limites e frustrações. Quando tais experiências passam a ser substituídas por responsabilidades excessivas e exigências incompatíveis com a infância, ocorre empobrecimento das vivências infantis e prejuízo ao desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança.

A adultização também pode influenciar negativamente a construção de vínculos afetivos saudáveis. Crianças expostas precocemente a responsabilidades emocionais, como ocorre nos processos de parentificação, tendem a desenvolver relações marcadas por sobrecarga emocional, dificuldades na expressão de sentimentos e padrões de dependência afetiva. Como consequência, podem surgir fragilidades na construção da identidade emocional e dificuldades futuras relacionadas ao estabelecimento de relações interpessoais mais seguras e equilibradas.

2.4 OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS

Do ponto de vista psicológico, a adultização infantil pode favorecer prejuízos significativos e duradouros ao desenvolvimento emocional da criança. A exposição precoce a padrões, comportamentos e exigências associados ao universo adulto contribui para a formação de uma autoimagem fragilizada, marcada por inseguranças, baixa autoestima e dificuldades relacionadas à construção da identidade. Estudos apontam que crianças submetidas a esse processo tendem a apresentar maior vulnerabilidade emocional, sintomas ansiosos e dificuldades na expressão e regulação das emoções.

Dados recentes apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por pesquisas internacionais indicam crescimento significativo dos índices de sofrimento psíquico infantil associado ao uso excessivo de tecnologias digitais. Estudos revisados por Choukas-Bradley et al. (2022) demonstram que crianças e adolescentes expostos intensivamente às redes sociais apresentam maior probabilidade de desenvolver alterações relacionadas à autoestima, dificuldades associadas à imagem corporal e prejuízos à saúde emocional. Além disso, revisões sistemáticas apontam associação entre tempo excessivo de tela e dificuldades relacionadas à qualidade do sono, ao rendimento escolar e às habilidades de interação social (KAPPES et al., 2025).

Relatórios internacionais da UNICEF Innocenti (2026) também evidenciam aumento dos riscos de exposição infantil a conteúdos sexualizados, assédio virtual e violência facilitada pela tecnologia, especialmente em ambientes digitais marcados pela ausência de supervisão parental adequada.

Pesquisas recentes indicam ainda que o uso excessivo de telas e redes sociais durante a infância interfere diretamente no desenvolvimento cerebral, cognitivo e socioemocional. Estudos de revisão

sistemática demonstram associação entre hiperexposição digital, dificuldades de regulação emocional, déficits de atenção, isolamento social e aumento de sintomas ansiosos e depressivos em crianças submetidas precocemente ao ambiente digital (KAPPES et al., 2025).

A necessidade de atender a padrões estéticos e comportamentais socialmente valorizados também pode produzir sentimentos de inadequação e frustração, sobretudo quando a criança não consegue corresponder às expectativas impostas pelo meio social. Pesquisas demonstram que a pressão por desempenho e maturidade precoce está associada ao aumento dos níveis de ansiedade e sofrimento psíquico infantil (CHOUKAS-BRADLEY et al., 2022).

Sob a perspectiva teórica de Erikson (1963), esse fenômeno interfere diretamente nos estágios iniciais do desenvolvimento psicossocial, especialmente nos processos relacionados à autonomia, à iniciativa e à construção da identidade. A imposição precoce de responsabilidades e expectativas adultas pode favorecer sentimentos de culpa, incapacidade e insegurança emocional.

Piaget (1972) destaca que a criança ainda se encontra em processo de desenvolvimento cognitivo e moral, não possuindo maturidade psíquica suficiente para compreender plenamente muitos dos conteúdos, exigências e estímulos característicos do universo adulto. Dessa forma, a adultização pode interferir negativamente na formação adequada de esquemas cognitivos, favorecendo dificuldades relacionadas à regulação emocional e ao autocontrole.

No âmbito social, esse processo também influencia a forma como a criança estabelece relações com seus pares e com o ambiente ao seu redor. Ao internalizar comportamentos e interesses incompatíveis com sua etapa do desenvolvimento, a criança pode apresentar dificuldades de socialização, afastando-se progressivamente de experiências próprias da infância, como o brincar coletivo, a espontaneidade e a construção de vínculos lúdicos.

A privação do brincar revela-se particularmente prejudicial ao desenvolvimento infantil, considerando que essa atividade desempenha papel fundamental nos processos sociais, emocionais e cognitivos. Por meio das experiências lúdicas, a criança experimenta papéis sociais, desenvolve empatia, amplia habilidades comunicacionais e aprende a lidar com regras, limites e frustrações. Quando tais experiências passam a ser substituídas por comportamentos adultizados e responsabilidades excessivas, podem ocorrer empobrecimento das vivências infantis e redução de experiências fundamentais ao desenvolvimento psicossocial saudável.

A dinâmica algorítmica das plataformas digitais também favorece mecanismos de dependência emocional relacionados à aprovação social, às curtidas e ao reconhecimento virtual. Estudos contemporâneos demonstram que crianças e adolescentes expostos continuamente a essas dinâmicas apresentam maior vulnerabilidade psicossocial, impulsividade emocional e dificuldades na construção de vínculos interpessoais saudáveis (BRAND et al., 2024).

Esse processo também pode afetar diretamente o desenvolvimento emocional e comportamental da criança. A exposição contínua a conteúdos inadequados e a exigência de maturidade precoce podem favorecer dificuldades no reconhecimento e na expressão das emoções, produzindo um descompasso entre experiência vivida e maturidade psíquica. A internalização precoce de responsabilidades excessivas pode contribuir para sobrecarga emocional, estresse e sofrimento psicológico persistente.

Além dos prejuízos emocionais e sociais já discutidos, a adultização precoce também produz efeitos subjetivos relacionados à aceleração simbólica da infância. Inseridas em contextos marcados pela lógica do desempenho, da exposição constante e da comparação social, muitas crianças passam a construir sua identidade sob expectativas incompatíveis com sua maturidade emocional e cognitiva. Nesse cenário, a infância deixa de ser vivenciada como etapa de desenvolvimento gradual e passa a ser atravessada por exigências associadas à produtividade, aparência e reconhecimento social.

Observa-se, portanto, que esse fenômeno não se restringe apenas à reprodução de comportamentos adultos, mas representa uma reorganização das experiências infantis a partir de valores socioculturais contemporâneos. Como consequência, ocorre redução de experiências espontâneas relacionadas ao brincar, à construção lúdica da identidade e ao desenvolvimento saudável das relações interpessoais.

A sexualização precoce constitui um dos aspectos mais críticos desse fenômeno, podendo favorecer confusão emocional, vulnerabilidade psicológica e prejuízos significativos à construção da identidade. Bandura (1977) explica que comportamentos são aprendidos por observação e imitação de modelos sociais; assim, crianças expostas continuamente a conteúdos adultos tendem a reproduzir determinados comportamentos mesmo sem compreendê-los integralmente.

Nesse sentido, percebe-se uma tensão entre perspectivas teóricas que compreendem a criança como sujeito ativo diante dos conteúdos midiáticos e abordagens que enfatizam sua vulnerabilidade emocional e cognitiva frente aos estímulos digitais contemporâneos. Embora crianças e adolescentes participem ativamente da cultura digital, ainda se encontram em processo de amadurecimento psíquico, moral e identitário, o que limita sua capacidade crítica diante de padrões de consumo, sexualização e validação social amplamente disseminados pelas plataformas digitais (PIAGET, 1972; ERIKSON, 1963). Dessa forma, os impactos da adultização infantil não podem ser reduzidos a uma relação linear de causa e efeito, mas devem ser compreendidos a partir das múltiplas interações entre mídia, família, cultura e desenvolvimento psicológico (BUCKINGHAM, 2011).

Os efeitos desse fenômeno não se restringem à infância, podendo estender-se à vida adulta. Indivíduos que vivenciaram esse processo frequentemente apresentam dificuldades relacionadas à autoestima, à construção identitária e ao estabelecimento de relações interpessoais saudáveis. A ausência de experiências próprias da infância pode resultar em lacunas no desenvolvimento emocional,

dificultando processos de adaptação social, resolução de conflitos e construção de vínculos afetivos mais seguros.

Sob a perspectiva sociocultural, Vygotsky (1978) destaca a importância das interações sociais adequadas ao nível de desenvolvimento infantil. Quando tais experiências passam a ser substituídas por interações incompatíveis com a etapa do desenvolvimento da criança, podem ocorrer prejuízos na construção das funções psicológicas superiores e no desenvolvimento integral infantil.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida a partir da análise de produções científicas e documentos relacionados à temática da adultização infantil estimulada pela mídia e pelo contexto familiar. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados, permitindo ampliar o conhecimento acerca do fenômeno investigado e construir fundamentação teórica consistente. O caráter exploratório da pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca dos impactos da adultização precoce no desenvolvimento psicossocial e afetivo infantil, possibilitando maior familiaridade com o problema estudado e contribuindo para futuras investigações científicas.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: de que forma a adultização precoce estimulada pela mídia e pelo contexto familiar influencia o desenvolvimento psicossocial e afetivo de crianças?

A abordagem qualitativa foi adotada por priorizar a interpretação dos significados, relações e processos envolvidos no objeto de estudo. Conforme Marconi e Lakatos (2021), esse tipo de abordagem busca compreender os fenômenos em profundidade, valorizando aspectos subjetivos, sociais e culturais presentes nas produções analisadas. Dessa forma, os dados não foram quantificados, mas organizados e interpretados criticamente, visando identificar padrões, recorrências, categorias temáticas e significados presentes na literatura científica selecionada.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2025, por meio de levantamento bibliográfico desenvolvido em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais. Foram consultadas as plataformas Google Acadêmico, SciELO, PubMed, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além de livros disponíveis em bibliotecas universitárias físicas e digitais. A escolha dessas bases fundamentou-se na relevância científica, abrangência temática e credibilidade acadêmica dos materiais indexados.

Para a realização das buscas bibliográficas, foram utilizados os descritores “adultização infantil”, “sexualização precoce”, “mídia digital”, “desenvolvimento infantil”, “parentificação”, “redes sociais” e “saúde mental infantil”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. A

estratégia de busca possibilitou ampliar a identificação de estudos relacionados diretamente ao objeto investigado.

Inicialmente, foram localizados aproximadamente 30 materiais científicos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, permaneceram 20 estudos para leitura integral, dos quais 10 compuseram o corpus final da pesquisa.

A seleção ocorreu em etapas sucessivas. Primeiramente, realizou-se leitura dos títulos e resumos dos materiais encontrados, visando identificar produções diretamente relacionadas à temática investigada. Em seguida, procedeu-se à leitura exploratória integral dos estudos potencialmente relevantes, considerando critérios como pertinência temática, consistência metodológica, relevância científica e atualização bibliográfica.

Posteriormente, os materiais foram organizados conforme aproximação temática, possibilitando análise sistemática dos conteúdos relacionados à influência midiática, sexualização precoce, parentificação, impactos psicossociais e desenvolvimento emocional infantil. Esse procedimento fundamentou-se na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo interpretação crítica e estruturada dos dados coletados. Os estudos selecionados foram distribuídos em categorias temáticas previamente definidas: influência midiática; sexualização precoce; impactos psicossociais; parentificação; redes sociais digitais; e desenvolvimento emocional infantil.

Para composição do corpus bibliográfico, foram incluídos artigos científicos, dissertações, teses, livros e documentos institucionais publicados entre os anos de 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem diretamente temas relacionados à adultização infantil, sexualização precoce, influência midiática, desenvolvimento psicossocial infantil e contexto familiar. Também foram utilizados autores clássicos anteriores ao período delimitado, considerados fundamentais para a compreensão teórica do fenômeno, como Erikson (1963), Piaget (1972), Bandura (1977) e Vygotsky (1978).

Foram excluídos materiais duplicados, textos incompletos, publicações sem fundamentação científica, produções de caráter exclusivamente opinativo e estudos que não apresentassem relação direta com o objeto investigado. Também foram desconsideradas fontes sem comprovação acadêmica ou que não atendessem aos critérios mínimos de confiabilidade científica.

Após a seleção dos materiais, realizou-se leitura exploratória e analítica das produções científicas, com identificação dos conteúdos relacionados aos objetivos da pesquisa. Os dados foram organizados em categorias temáticas e submetidos à técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo interpretação sistemática e crítica das informações obtidas.

A análise ocorreu em três etapas. Na pré-análise, realizou-se leitura flutuante dos materiais selecionados, visando familiarização com os conteúdos investigados. Em seguida, procedeu-se à

exploração do material, com categorização dos trechos considerados mais relevantes para os objetivos do estudo. Por fim, realizou-se a interpretação crítica dos dados, buscando identificar padrões, recorrências, divergências e significados presentes na literatura analisada.

O tratamento analítico ocorreu de forma sistematizada. Inicialmente, foi realizada leitura integral das publicações selecionadas; posteriormente, os trechos mais relevantes foram destacados e organizados em tabelas de análise; por fim, os dados foram confrontados com a literatura pertinente, possibilitando a construção de uma síntese teórica coerente com os objetivos propostos.

Quanto aos aspectos éticos, esta pesquisa caracteriza-se como estudo bibliográfico de risco mínimo, não envolvendo contato direto com seres humanos nem coleta de dados pessoais. Dessa forma, conforme as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Ainda assim, os princípios éticos e científicos foram integralmente respeitados, garantindo-se a correta citação das fontes utilizadas e o compromisso com a integridade acadêmica, evitando qualquer forma de plágio ou autoplágio.

Quadro 1 – Principais estudos selecionados para composição do corpus bibliográfico

Autor(es)	**Título**	**Tipo**	**Local de publicação**	**Ano**
BUCKINGHAM, David	*The Material Child: Growing Up in Consumer Culture*	Livro	Polity Press	2011
HUMPHRIES, Jane	*Childhood and Child Labour in the British Industrial Revolution*	Livro	Cambridge University Press	2010
FASS, Paula S.	*The End of American Childhood*	Livro	Princeton University Press	2011
CHOUKAS-BRADLEY, Sophia et al.	*Digital Media and Mental Health in Children and Adolescents*	Artigo científico	*Nature Human Behaviour*	2022
CONTE, Giulia et al.	*Scrolling Through Adolescence: A Systematic Review of the Impact of TikTok on Adolescent Mental Health*	Revisão sistemática	*European Child & Adolescent Psychiatry*	2025
BRAND, Caroline et al.	*Scrolling Through Adolescence: Unveiling the Relationship of the Use of Social Networks and Its Addictive Behavior with Psychosocial Health*	Artigo científico	*Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*	2024
KAPPES, Kassiane Boita et al.	*Reflexos do Uso de Telas para o Desenvolvimento Cerebral e Socioemocional na Primeira Infância*	Artigo científico	*DESIDADES – Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*	2025

REPOLHO, K. et al.	*A Influência do Uso de Produtos Cosméticos na Adultização Infantil*	Revisão integrativa	*Revista Multidisciplinar em Saúde*	2025
HOOPER, Lisa M.	*The Application of Attachment Theory and Family Systems Theory to the Phenomenon of Parentification*	Artigo científico	*The Family Journal*	2007
PIAGET, Jean	*A Psicologia da Criança*	Livro	*Bertrand Brasil*	1972

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste estudo possibilitaram compreender que a adultização precoce infantil constitui um fenômeno complexo e multifatorial, diretamente relacionado às transformações sociais, culturais e tecnológicas da contemporaneidade. A partir da revisão bibliográfica realizada, observou-se que tanto a mídia quanto determinadas dinâmicas familiares exercem influência significativa na antecipação de comportamentos, responsabilidades e padrões associados ao universo adulto, interferindo em experiências fundamentais ao desenvolvimento saudável da criança.

Os estudos analisados evidenciaram que a exposição precoce a conteúdos midiáticos adultizados, à lógica do consumo e à hiperexposição digital pode favorecer alterações importantes no desenvolvimento emocional e social infantil. Verificou-se que a internalização precoce de padrões relacionados à aparência, desempenho e reconhecimento social está associada ao aumento de inseguranças emocionais, ansiedade e dificuldades relacionadas à construção da identidade e da autoimagem.

Além disso, constatou-se que a imposição de responsabilidades incompatíveis com a faixa etária, especialmente em contextos familiares marcados pela parentificação, pode contribuir para sobrecarga emocional e prejuízos ao desenvolvimento afetivo e psicossocial. Também se observou que a redução de experiências lúdicas e do brincar interfere negativamente em processos essenciais relacionados à socialização, à criatividade, à espontaneidade e à construção saudável das relações interpessoais.

A revisão teórica permitiu compreender ainda que a criança, por se encontrar em processo contínuo de desenvolvimento cognitivo, moral e emocional, não possui maturidade suficiente para interpretar criticamente muitos dos estímulos provenientes do universo adulto. Dessa forma, a internalização precoce de exigências sociais incompatíveis com a infância pode produzir consequências que se estendem para outras fases da vida, incluindo dificuldades relacionadas à construção identitária, à regulação emocional e ao estabelecimento de vínculos interpessoais mais seguros.

Os resultados obtidos possibilitaram responder à questão norteadora da pesquisa ao demonstrar

que a adultização precoce estimulada pela mídia e pelo contexto familiar influencia significativamente o desenvolvimento psicossocial e afetivo infantil. A exposição contínua a conteúdos adultizados, associada à responsabilização precoce e às exigências socioculturais contemporâneas, interfere diretamente na vivência saudável da infância e no desenvolvimento integral da criança.

Sob uma perspectiva crítica, observa-se que a naturalização da adultização infantil reflete valores sociais marcados pela cultura do consumo, pela valorização excessiva da produtividade e pela crescente hiperexposição digital. Nesse contexto, a infância passa a ser atravessada por demandas incompatíveis com o desenvolvimento emocional e cognitivo infantil, reduzindo experiências fundamentais relacionadas ao brincar, à construção gradual da identidade e ao amadurecimento emocional.

Embora a pesquisa tenha possibilitado compreender importantes impactos psicossociais associados à adultização precoce, reconhece-se como limitação a ausência de investigação empírica direta com crianças, famílias e profissionais da área. Dessa forma, sugere-se que futuras pesquisas desenvolvam estudos de campo e análises interdisciplinares capazes de aprofundar a compreensão do fenômeno em diferentes contextos socioculturais.

Por fim, destaca-se a importância do fortalecimento de políticas públicas, estratégias educativas e ações de conscientização familiar voltadas à proteção da infância e à promoção do desenvolvimento saudável da criança. Além disso, torna-se fundamental ampliar práticas de educação midiática e digital crítica nos contextos escolar e familiar, possibilitando que crianças, responsáveis e educadores desenvolvam maior compreensão acerca dos impactos produzidos pela hiperexposição digital, pela cultura do consumo e pela sexualização precoce na infância. Ressalta-se ainda a relevância da atuação de profissionais da Psicologia, especialmente nos contextos clínico e escolar, na promoção de ações preventivas, orientação familiar e identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico associados à adultização infantil.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). Report of the APA Task Force on the Sexualization of Girls. Washington, DC: American Psychological Association, 2007. Disponível em: https://www.apa.org/pi/women/programs/girls/report-full.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

BANDURA, Albert. Social learning theory. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAND, Caroline et al. Scrolling through adolescence: unveiling the relationship of the use of social networks and its addictive behavior with psychosocial health. Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health, London, v. 18, p. 1-15, 2024. DOI: 10.1186/s13034-024-00742-3. Disponível em: https://capmh.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13034-024-00742-3. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 27 maio 2026.

BUCKINGHAM, David. The material child: growing up in consumer culture. Cambridge: Polity Press, 2011.

CHOUKAS-BRADLEY, Sophia et al. Digital media and mental health in children and adolescents. Nature Human Behaviour, London, v. 6, n. 9, p. 1202-1213, 2022. DOI: 10.1038/s41562-022-01418-4. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41562-022-01418-4. Acesso em: 26 maio 2026.

CONTE, Giulia et al. Scrolling through adolescence: a systematic review of the impact of TikTok on adolescent mental health. European Child & Adolescent Psychiatry, Berlin, v. 34, p. 1-18, 2025. DOI: 10.1007/s00787-025-02541-8. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00787-025-02541-8. Acesso em: 26 maio 2026.

ERIKSON, Erik H. Childhood and society. 2. ed. New York: Norton, 1963.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOOPER, Lisa M. Parentification. In: GOLDSTEIN, Sam; NAGLIERI, Jack A. (org.). Encyclopedia of Child Behavior and Development. Boston: Springer, 2011. p. 1098-1101. DOI: 10.1007/978-0-387-79061-9_2156. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-0-387-79061-9_2156. Acesso em: 26 maio 2026.

HOOPER, Lisa M. The application of attachment theory and family systems theory to the phenomenon of parentification. The Family Journal, Thousand Oaks, v. 15, n. 3, p. 217-223, 2007. DOI: 10.1177/1066480707301290. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1066480707301290. Acesso em: 26 maio 2026.

HUMPHRIES, Jane. Childhood and child labour in the British Industrial Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KAPPES, Kassiane Boita et al. Reflexos do uso de telas para o desenvolvimento cerebral e socioemocional na primeira infância. DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, Rio de Janeiro, n. 39, p. 45-61, 2025. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/desidades/article/view/78789. Acesso em: 26 maio 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1972.

REPOLHO, K. et al. A influência do uso de produtos cosméticos na adultização infantil: uma revisão integrativa. Revista Multidisciplinar em Saúde, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 18-30, 2025. Disponível em: https://revistamultidisciplinaremsaude.com.br/artigo/adultizacao-infantil-cosmeticos. Acesso em: 26 maio 2026.

UNICEF INNOCENTI; ECPAT INTERNATIONAL; INTERPOL. Disrupting Harm in Brazil: enfrentando a violência sexual contra crianças facilitada pela tecnologia. Florença: UNICEF Innocenti, 2026. Disponível em: https://www.unicef.org/innocenti/reports/disrupting-harm-brazil. Acesso em: 26 maio 2026.

VYGOTSKY, Lev S. Mind in society: the development of higher psychological processes. Cambridge: Harvard University Press, 1978.